



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.Unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 22, n. 5, art. 3, p. 38-57, mai. 2025

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2025.22.5.3>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



O Papel da Administração Pública em Consonância com os ODS: Uma Análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Estado de Sergipe

The Role of Public Administration in Consonance with the SDGs: An Analysis of the Sustainable Development Index of Municipalities in the State of Sergipe

Anderson Rosa da Silva

Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe

E-mail: andersonrosaconsultoria@gmail.com

Luziléa Brito de Oliveira

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz

Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

E-mail: luzileaboliveira@gmail.com

Endereço: Anderson Rosa da Silva

Praça Jackson de Figueiredo, nº 7 A. Centro. CEP: 49200-000. Estância/Sergipe. Brasil.

Endereço: Luziléa Brito de Oliveira

Universidade Federal do Sul da Bahia, CJA. Rodovia Ilhéus/Itabuna, Km 22. CEP: 45604811 - Ilhéus, BA – Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 29/03/2025. Última versão recebida em 16/04/2025. Aprovado em 17/04/2025.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

A Agenda 2030 é um compromisso com os principais desafios enfrentados no mundo e o Brasil é um dos países que aceitou fazer parte desse pacto proposto pela Organização das Nações Unidas. Ademais, a gestão pública precisa ser um agente que contempla o seu plano de governo com políticas públicas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Diante desse cenário, esta pesquisa teve o objetivo de analisar o Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS dos municípios do Estado de Sergipe, para observar se os gestores públicos municipais estão implementando políticas públicas em prol dos ODS. A pesquisa se enquadra como um estudo descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa, a partir da análise dos dados fornecidos pela plataforma Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil, do Instituto Cidades Sustentáveis. Os resultados apontaram que a maioria das cidades, 57, estão com o IDS classificado no nível baixo, com nota variável entre 40 e 49,99 pontos, enquanto 17 municípios estão classificados com o nível muito baixo – 0 a 39,99. Entretanto, percebeu-se que a situação dos municípios sergipanos converge com a situação do cenário nacional, tendo em vista que 51% das cidades brasileiras estão classificadas no nível de IDS baixo. A pesquisa apontou que os gestores públicos dos municípios de Sergipe precisam propor políticas públicas em prol dos ODS, levando em consideração o diagnóstico municipal e as notas atribuídas ao IDS.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Políticas Públicas. Gestão Pública.

ABSTRACT

The 2030 Agenda is a commitment to the main challenges faced in the world and Brazil is one of the countries that agreed to be part of this pact proposed by the United Nations. Furthermore, public management needs to be an agent that contemplates its government plan with public policies on the Sustainable Development Goals – SDGs. Given this scenario, this research aimed to analyze the Sustainable Development Index - IDS of municipalities in the State of Sergipe, to observe whether municipal public managers are implementing public policies in favor of the SDGs. The research is framed as a descriptive study, with a quantitative and qualitative approach, based on the analysis of data provided by the Cities Development Index – Brazil platform, from the Sustainable Cities Institute. The results showed that the majority of cities, 57, have their IDS classified at a very low level, with scores varying between 40 and 49.99 points, while 17 municipalities are classified at a very low level – 0 to 39.99. However, we see that the situation in Sergipe's municipalities converges with the situation in the national scenario, considering that 51% of Brazilian cities are defined at a low IDS level. The research showed that public managers in the municipalities of Sergipe need to propose public policies in favor of the SDGs, taking into account the municipal diagnosis and the scores attributed to the IDS.

Keywords: Sustainable Development Goals. Public Policies. Public Management

1 INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nasceram de um pacto entre países membros da Organização das Nações Unidas – ONU, em 2015, na perspectiva de estabelecer objetivos, estratégias e metas para combater os principais desafios globais. O acordo foi assinado por 193 membros da ONU, inclusive o Brasil (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil, 2024).

Dessa forma, ficaram estabelecidos 17 objetivos e 169 metas para serem alcançados até 2030, conforme preconiza o nome - Agenda 2030. A partir dessa iniciativa, o Brasil tem buscado intensificar essa proposta para todos os segmentos, a exemplo do poder público, a partir das organizações públicas, bem como da sociedade civil.

Diante desse cenário é que se justifica a relevância dessa temática, tendo em vista que a Administração Pública tem o papel de colaborar com essa iniciativa, levando em consideração o acordo firmado do Brasil, além do fato de que os 17 objetivos elencados também fazem parte da incumbência da gestão pública, os quais dialogam com as secretarias e órgãos criados na estrutura governamental. Nesse contexto, o problema desta pesquisa é norteado pela seguinte indagação: O Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Estado de Sergipe vem atendendo ao cumprimento da Agenda 2030: Enfrentamento dos Desafios Globais, estipulados pelos ODS?

Os ODS têm a finalidade de reduzir problemas de ordem global, a exemplo de melhorias para a saúde, educação, segurança, qualidade de vida, igualdade de gênero, enfim, seguridade de direitos básicos que precisam fazer parte da realidade social. Logo, a realização desta proposta tem o objetivo de analisar o Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS dos municípios do Estado de Sergipe, para observar se os gestores públicos municipais estão implementando políticas públicas em prol dos ODS. Para isso, foi necessário elencar os seguintes objetivos específicos: Quantificar o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Estado de Sergipe; Analisar a distribuição dos municípios brasileiros em cada nível do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS); Verificar a distribuição dos municípios sergipanos em cada nível do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS); Identificar os 10 (dez) municípios sergipanos com melhores Índices de Desenvolvimento Sustentável. O instrumento para análise serão as notas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável gerado pela média dos 17 objetivos elencados pela proposta da Agenda 2030.

A escolha dos Municípios do Estado de Sergipe deve-se ao fato de o território ser a menor Unidade Federativa em extensão territorial (IBGE, 2024), e está situado na Região Nordeste, fatores que implicam o desenvolvimento econômico, pois, de acordo com a Agência IBGE Notícias (2023), a Região Nordeste contemplava, no ano de 2022, 27% da população total do Brasil, além de concentrar 43,5% da população na pobreza e 54,6% da população em extrema pobreza. Assim, almeja-se analisar o Índice de Desenvolvimento Sustentável dos municípios situados no Estado presente nessa região, o qual é o menor do Brasil, o que sugere a necessidade de mais intervenções para atender aos ODS.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Estratégias para um mundo mais sustentável

A sustentabilidade vem fazendo parte do mundo globalizado, mas ainda é necessário um esforço maior para ter uma sociedade sustentável de ordem global (ZORZO *et al.*, 2022). A sustentabilidade na contemporaneidade não se restringe exclusivamente ao meio ambiente, tendo em vista que ela se faz presente e necessária em aspectos econômicos e financeiros, com a incumbência de empoderar os indivíduos de classe baixa. Dessa forma, a sustentabilidade vem mudar os processos de produção, comercialização, descartes, visando criar um ambiente ecológico (Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul, 2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fazem parte de uma agenda mundial, que ocorreu em 2015, na Cúpula das Nações Unidas, a partir da elaboração de 17 objetivos e 169 metas que precisam ser alcançados até o ano de 2030. Dessa forma, a Organização das Nações Unidas impulsiona a gestão pública a contemplar políticas públicas que colaborem para a formação de um país que favoreça a justiça e a solidariedade (BRASIL, 2017).

A Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 por meio do documento transformando o Nosso Mundo (Nações Unidas, 2015), é uma agenda aspiracional e orientadora para o desenvolvimento humano e social – bem-estar e prosperidade – em equilíbrio com os limites do planeta, apresentando uma matriz bastante concreta de problemas globais e metas a serem alcançadas, focada em ação. Baseada em valores civilizatórios, seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), interdependentes e indivisíveis, representam uma linguagem universal para o desenvolvimento sustentável global (EMBRAPA, 2022, p. 11).

No entanto, só é possível atingir os objetivos elencados na Agenda 2030, a partir da articulação com os países e aos interessados. Logo, se faz necessária a integração entre sociedade civil e as instituições públicas e privadas, além das empresas (COUTINHO, 2021).

Dessa forma, se faz primordial que a gestão pública contemple em seu plano de governo iniciativas que cooperem para atingir os ODS e incentivar a população a colaborar com a proposta.

Figura 1- Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil (2024)

A figura 1, acima, elenca os 17 ODS que fazem parte da Agenda 2030, os quais são os principais desafios globais. Entretanto, é importante identificar, com mais detalhamento, o que cada ODS preceitua, conforme pode ser observado na figura 02, a seguir.

Figura 2 – Descrição minuciosa dos 17 ODS

	Objetivo 1 – Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.		Objetivo 10 – Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
	Objetivo 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.		Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.		Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
	Objetivo 4 – Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.		Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
	Objetivo 5 – Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.		Objetivo 14 – Vida na Água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento: Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.		Objetivo 15 – Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
	Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.		Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	Objetivo 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.		Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.		

Fonte: ENAP, 2018

Os ODS precisam alcançar toda territorialidade brasileira, levando em consideração as peculiaridades regionais, econômicas, sociais e ambientais. Para isso, é crucial que as políticas de cada local estejam em consonância com a estratégia de ação da Agenda 2030 para superar os desafios e alcançar direitos e melhorias coletivas (BRASIL, 2017).

2.2 O papel da Administração Pública na promoção da sustentabilidade

O processo de industrialização, urbanização, a evolução dos meios de transportes, o incentivo ao consumo exagerado, o descaso com o meio ambiente, entre outros fatores, são atributos que têm contribuído para a modernização e globalização. Assim, nota-se que essas práticas têm impactado o meio ambiente, trazendo várias consequências, principalmente, pela prática consumerista dos indivíduos (ROCHA *et al.*, 2016). “Considerando que o planeta já

extrapolou seus limites de fornecimento de recursos, mais do que nunca se faz urgente a atuação do poder público no fomento a políticas sustentáveis de produção e consumo” (COSTA; MOTA, 2020, p.1)

A sustentabilidade precisa está inserida em diversas dimensões, a exemplo da política, economia, questões sociais, ambientais e culturais. Assim, é crucial que a administração pública aplique seus atos de decisão, levando em consideração os princípios da sustentabilidade (SCHNEIDER; PEZZELA, 2017). Nessa perspectiva, percebe-se que o Estado pode usar o poder de compra, diante da expressividade do mercado, fator que impacta na fabricação de produtos, para adotar iniciativas sustentáveis por parte dos produtores (STASKOVIK JÚNIOR; KOPROWSKI; SANTOS, 2012). Essa medida dialoga com a meta 12.7 da Agenda 2030, relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que objetiva a propagação de compras públicas sustentáveis (JEREISSATI; Melo, 2020).

As contratações públicas sustentáveis promovem o desenvolvimento ético e limpo em todas as dimensões. Na área social, através de exigências nos editais de licitações, elas investem em educação pública de qualidade, preparando cientificamente a sociedade para o futuro, na compreensão da equidade intergeracional, bem como do desenvolvimento intemporal. Da mesma forma, elas promovem, na ordem econômica, através de licitantes qualificados, a oferta de vagas decentes aos novos ingressantes no mercado de trabalho (LACERDA, 2018, p.60).

Nesse ínterim, os municípios brasileiros enfrentam o desafio de acrescentar os ODS na política de governo, adequando à realidade local, por meio dos planos plurianuais e demais instrumentos que regulamentam a administração pública. Essa iniciativa requer parcerias de cooperação entre o setor público e privado para que seja possível a contemplação dos objetivos (EBERHARDT; MANTOVANELI JUNIOR, 2024).

2.3 A relevância dos ODS na Gestão Pública Municipal

A Agenda 2030 reforçou a necessidade de as instituições implementarem uma boa governança para gerir ações em prol do desenvolvimento sustentável, mas é necessário ir além das iniciativas, pois julga-se pertinente um método de avaliação (THORSTENSEN; MOTA, 2020). Um estudo realizado sobre a implementação da Agenda 2030 na Prefeitura de Cuiabá, situada no Estado do Mato Grosso, apontou avanços, entretanto percebeu-se a necessidade de maior envolvimento dos gestores e secretários municipais, além da falta de sistemas de monitoramento para acompanhar as políticas relacionadas aos ODS (ANJOS *et al.*, 2023).

Schneider e Pezzela (2017) enfatizam que à medida que o poder legislativo e executivo busquem uma autonomia acerca da necessidade de uma boa governança, com transparência e inclusão social, a partir de políticas públicas que priorizem a sustentabilidade, amparadas pelas tecnologias e pelos diversos atos administrativos, será possível concretizar a execução de políticas em prol da coletividade.

A Prefeitura de Jundiaí, Estado de São Paulo, implementou um sistema de governança pública em consonância com os ODS, de modo a integrar as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas aos ODS. Essa iniciativa possibilita a criação e análise de indicadores, por meio do monitoramento adotado, que colabora no processo de governança para alcançar as metas estipuladas (HIGA *et al.*, 2023). Nesse âmbito, se cada prefeitura adotar medidas pautadas pelos ODS, os resultados tendem a impactar a sociedade, contribuindo para uma gestão sustentável e comprometida com as futuras gerações (NARDONE, 2019).

E tratando disso, não faltam bons exemplos da incorporação de uma adoção qualificada dos ODS nos municípios que estabeleceram ao menos alguns segmentos a serem priorizados (governança, justiça social, educação, cultura, mobilidade, saúde, etc..) e atacaram tais temas com resultados bastante significativos, como é o caso do trabalho de despoluição do rio Sorocaba, na cidade homônima do estado de São Paulo, com o tratamento de 96% do esgoto ali despejado, proporcionando o fim da degradação ambiental, redução de doenças transmissíveis, múltiplo uso do rio, com mais investimentos, especialmente voltados ao turismo, redução de enchentes e melhoria na qualidade de vida dos munícipes (NARDONE, 2019, p.36).

Em 2018, a Prefeitura Municipal de São Paulo instituiu o Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030, por meio da Lei n 16.817/2018, que surgiu a partir do Projeto de Lei nº 320/2017. Essa lei prevê uma Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, na perspectiva de elaborar um plano de ação, de modo a contemplar a articulação entre o poder público e sociedade civil (SÃO PAULO, 2018). A comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 foi criada pelo Decreto nº 59.020/2019, com participantes da gestão municipal e sociedade civil, no intuito de elaborar a política, bem como acompanhar e monitorar as ações do programa (SÃO PAULO, 2019).

Consoante às iniciativas dos municípios, espera-se que cada prefeitura adote iniciativas relacionadas aos ODS, de modo a promover impacto nas comunidades e na cultura da população, na perspectiva de criar uma ideologia sobre desenvolvimento mais eficiente e saudável (NARDONE, 2019). “Sendo assim, a gestão pública municipal é tida como um importante setor de busca por mudanças nos panoramas da sociedade” (SCHNEIDER; PEZZELA, 2017, p.376).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“A pesquisa científica é uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 48). Dessa maneira, para se alcançar o objetivo da pesquisa, levando em consideração o problema norteador que envolve a investigação, a pesquisa foi classificada quanto à natureza, abordagem, objetivos e procedimentos.

Quanto à natureza, classifica-se como básica, que de acordo com Almeida (2021), tem a finalidade de buscar por novas descobertas científicas, mas sem o intuito de aplicabilidade, ou seja, contribui para ampliação do conhecimento. Dessa forma, espera-se colaborar com discussões e levantamento de informações que possam colaborar para identificar o Índice de Desenvolvimento dos Municípios Sergipanos, de modo a identificar possíveis indicadores negativos que impedem uma gestão com foco na sustentabilidade.

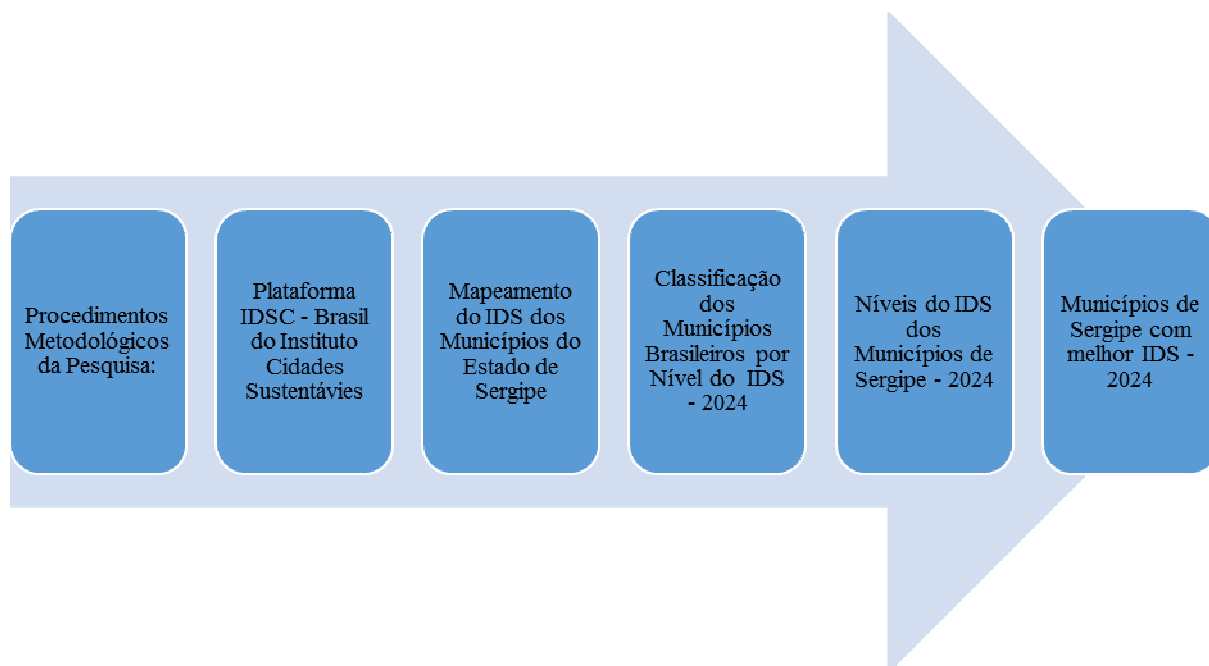
Em relação à abordagem, a pesquisa tem caráter quantitativo, que de acordo com Zanella (2013, p.35), “é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis”. Logo, a análise dos dados dessa pesquisa levou em consideração as notas atribuídas aos IDS dos municípios sergipanos, utilizando o fator nota como princípio para análise dos dados. Entretanto, utilizou-se de mecanismos da pesquisa qualitativa para analisar os dados, de modo a realizar pesquisa bibliográfica para analisar os resultados encontrados.

Ao que concerne ao objetivo da pesquisa, classifica-se como descritiva, conforme o entendimento de Prodanov e Freitas (2013) que a conceituam como a descrição das características de determinada população ou fenômeno, sem interferência nas informações observadas. Logo, a investigação objetiva descrever as informações referentes ao Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Sergipanos.

Os procedimentos técnicos revelam o caminho traçado para a obtenção dos dados que fizeram parte da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013). Assim, primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para discussão teórica sobre a temática estabelecida, a partir dos estudos de teóricos especialistas na área específica. A pesquisa bibliográfica é consolidada por intermédio de trabalhos publicados, como: livros, artigos científicos, dissertações, teses, entre outros materiais que ressaltam a temática em estudo (ALMEIDA, 2021).

Posteriormente, realizou-se uma pesquisa documental na Plataforma Digital que disponibiliza as médias dos Índices de Desenvolvimento Sustentável dos municípios brasileiros. “[...] A pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.55). Logo, a pesquisa utilizou dos dados fornecidos para análise e interpretações dos indicadores e métricas que classificam o desenvolvimento dos municípios sergipanos em relação ao atendimento e contemplação dos ODS. O foco central foi a análise das notas atribuídas aos municípios sergipanos. O endereço eletrônico da plataforma é: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>, a qual fornece diversos dados: ranking das cidades, mapa interativo e análise detalhada dos indicadores de cada ODS dos municípios.

Figura 3 – Fluxograma para obtenção dos dados na plataforma IDSC – Brasil



Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

A Figura 3 apresenta o fluxograma metodológico com todas as etapas realizadas para obtenção dos resultados apresentados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão apresentados os resultados em relação ao Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Estado de Sergipe. Esse índice é divulgado pelo Instituto Cidades Sustentáveis - ICS, por meio do Programa Cidades Sustentáveis - PCS.

O ICS tem diversas finalidades, as quais buscam mobilizar e incentivar os governos a promoverem propostas que almejem o desenvolvimento, por intermédio de práticas sustentáveis por parte dos municípios, as quais atendam a Agenda 2030¹. Uma iniciativa do ICS relevante é o estudo e divulgação do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC – BR), o qual possibilita que os prefeitos direcionem suas estratégias, com base nos indicadores e monitoramento dos ODS fornecidos pela plataforma IDSC-BRASIL².

A seguir, apresenta-se o IDSC dos 75 municípios do Estado de Sergipe.

Tabela 1 – IDSC dos Municípios do Estado de Sergipe

MUNICÍPIO	IDSC 2015	IDSC 2022	IDSC 2023	IDSC 2024	RANKING ESTADUAL	RANKING NACIONAL
Itabaiana	49,11	49,54	47,13	49,17	01	2024
Itabi	46,31	40,9	44,01	48,84	02	2111
Carmópolis	46,86	43,06	41,91	47,68	03	2450
Aracaju	49,93	49,59	47,14	47,56	04	2488
São Francisco	44,79	42,39	48,66	47,46	05	2522
Macambira	53,98	46,34	48,98	46,20	06	2912
Canindé de São Francisco	39,86	39,79	45,57	46,08	07	2953
Telha	47,74	43,47	41,33	45,97	08	2994
Moita Bonita	46,95	41,87	42,92	45,02	09	3264
Barra dos Coqueiros	48,25	46,01	45,45	44,81	10	3330
Lagarto	46,53	45,58	43,42	44,61	11	3390
Gracho Cardoso	45,7	41,97	42,38	44,32	12	3473
Propriá	46,3	44,8	45,92	44,20	13	3500
Riachão do Dantas	47,33	43,97	39,8	44,12	14	3525
Pedra Mole	47,71	38,62	41,61	44,08	15	3539
Tobias Barreto	40,89	44,28	42,23	43,92	16	3579
Frei Paulo	45,47	40,9	39,48	43,60	17	3674
Itabaianinha	43,71	41,84	42,28	43,57	18	3682
Cristinápolis	44,78	41,94	43,32	43,41	19	3723
São Cristóvão	42,83	42,42	43,43	43,40	20	3729
Cedro de São João	41,73	40,11	41,9	43,37	21	3739
Amparo de São Francisco	46,95	39,43	46,06	43,19	22	3784
Cumbe	51,58	45,33	46,63	43,18	23	3786
Araúá	45,19	42,55	41,63	43,14	24	3798
Feira Nova	43,11	37,5	42,06	43,08	25	3826
Santana do São Francisco	48,51	40,6	46,99	43,06	26	3833
Nossa Senhora da Glória	43,15	41,57	44,2	42,99	27	3855

¹ Plataforma IDSC/BR. Disponível em: <https://icidadesustentaveis.org.br/instituto-cidades-sustentaveis/>. Acesso em: 15 nov. 2024

² Instituto Cidades Sustentáveis. Disponível em: <https://idsc.cidadesustentaveis.org.br/introduction/>. Acesso em: 15 nov. 2024

Malhada dos Bois	42,81	41,43	40,92	42,94	28	3862
Malhador	46,57	45,15	46,08	42,87	29	3879
Ribeirópolis	43,97	41,71	42,49	42,65	30	3938
Poço Verde	46,56	44,54	43,41	42,64	31	3942
Monte Alegre de Sergipe	40,74	38,62	37,71	42,49	32	3972
Riachuelo	42,81	39,51	43,38	42,47	33	3976
Simão Dias	43,06	41,47	43,03	42,23	34	4047
Santa Luzia do Itanhy	43,3	43,62	39,95	42,10	35	4091
Nossa Senhora do Socorro	43,68	42,86	41,79	41,97	36	4122
Japarutuba	41,74	43,16	44,47	41,93	37	4134
Nossa Senhora Aparecida	42,44	42,45	41,05	41,79	38	4181
Pirambu	45,42	40,08	44,73	41,79	39	4182
Gararu	40,27	39,98	42,11	41,72	40	4196
Divina Pastora	47,96	40,45	41,24	41,65	41	4225
Muribeca	46,61	39,25	40,94	41,57	42	4244
Nossa Senhora das Dores	41,35	40,36	41,57	41,43	43	4276
Rosário do Catete	42,19	41,87	44,5	41,43	44	4277
Santa Rosa de Lima	44,8	37,99	44,98	41,39	45	4284
Japoatã	40,41	41,93	41,44	41,33	46	4304
Estância	45,96	43,49	39,95	41,32	47	4313
Campo do Brito	42,2	40,09	40,14	41,13	48	4349
Boquim	43,11	44,8	42,51	40,98	49	4398
Indiaroba	44,87	44,78	40,29	40,91	50	4416
General Maynard	49,01	41,22	38,94	40,80	51	4442
Itaporanga D'Ajuda	42,44	40,58	44,28	40,78	52	4446
Salgado	44,46	42,08	37,11	40,74	53	4456
Porto da Folha	40,82	39	44,47	40,65	54	4484
Laranjeiras	40,7	39,21	41,19	40,19	55	4595
Carira	41,42	38,87	39,4	40,13	56	4605
Canhoba	51,43	41,51	44,18	40,05	57	4624
Areia Branca	41,85	38,94	40,95	39,97	58	4642
Pacatuba	44,95	40,31	44,37	39,89	59	4652
Pinhão	48,57	39,24	38,07	39,89	60	4654
Pedrinhas	43,1	44,15	43,07	39,73	61	4695
São Miguel do Aleixo	47,5	42,14	43,16	39,33	62	4792
Aquidabã	42,9	38,02	39,55	39,21	63	4821
Ilha das Flores	43,66	40,22	41,61	39,20	64	4824
Umbaúba	40,58	41,99	41,1	39,04	65	4863
Neópolis	41,56	38,42	37,18	38,86	66	4891
São Domingos	46,01	37,63	37,88	38,47	67	4967
Nossa Senhora de Lourdes	45,6	39,52	42,14	38,23	68	5017
Santo Amaro das Brotas	41,99	36,44	38,7	38,22	69	5018
Maruim	43,48	38,22	39,38	38,08	70	5039
Siriri	40,79	39,81	39,52	37,94	71	5067
Poço Redondo	41,81	39,74	40,07	36,90	72	5214

Capela	39,12	38,61	37,44	36,48	73	5270
Brejo Grande	40,55	36,45	42,13	35,52	74	5344
Tomar de Geru	45,65	38,25	41,79	35,49	75	5346

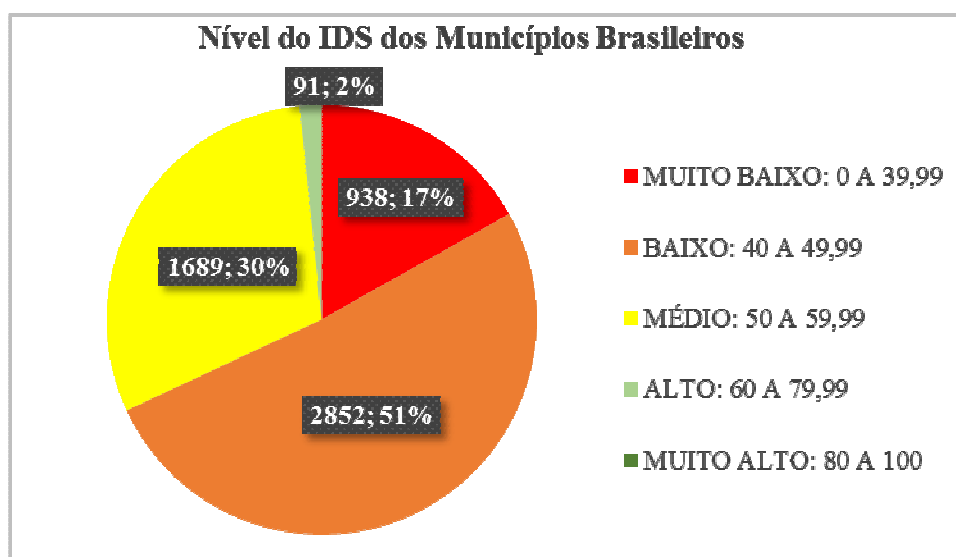
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Plataforma IDSC- Brasil (2024)

A Tabela 1 elucida o Índice de Desenvolvimento Sustentável das 75 Cidades do Estado de Sergipe, de modo a apresentar as notas atribuídas nos anos disponibilizados pela Plataforma IDSC – Brasil, que traz os resultados do ano de 2022 a 2024, além de destacar as notas atribuídas ao ano de 2015, período que surgiu a Agenda 2030, com o objetivo de verificar a evolução do IDSC.

Percebe-se que o Município de Itabaiana lidera no ranking atual, apresentando a melhor evolução no Estado de Sergipe, ocupando a colocação de número 2.024 no ranking nacional do total de 5.570 municípios brasileiros. Ferreira *et al.*, (2023) realizaram um estudo acerca das políticas públicas para a implementação dos ODS em Itabaiana, no período de 2016 a 2020, e constatou mais de 500 ações relacionadas à Agenda 2030, com 80% delas presentes no Diário Oficial, envolvendo na prática mais de um ODS. Porém, identificaram uma falta de atenção em relação aos ODS 7 – Energia limpa e acessível, ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima e ODS 15 – Vida Terrestre.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o quantitativo e percentual dos municípios brasileiros classificados em relação aos níveis do Índice Desenvolvimento Sustentável – IDS.

Gráfico 1 – Classificação dos Municípios Brasileiros por Nível do IDS - 2024

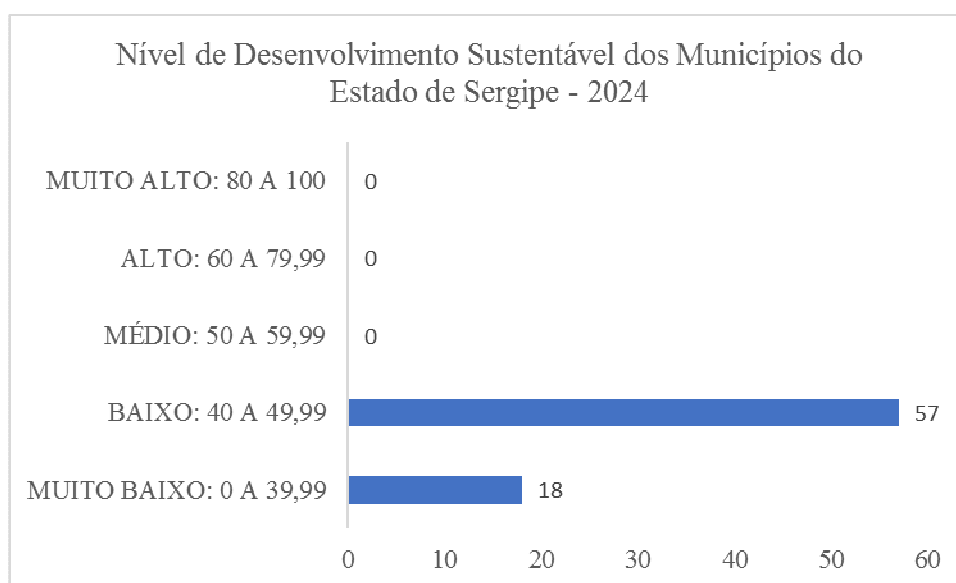


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da Plataforma IDSC- Brasil (2024)

O IDS considera cinco níveis para identificação da nota dos municípios, conforme observa-se no gráfico acima. Verifica-se, a partir dos dados do Gráfico 2, que a maioria dos municípios brasileiros, 51%, estão classificados no nível caracterizado como baixo, com média variável entre 40 e 49,99 pontos. Na sequência, 30% das cidades estão classificadas com IDS médio, com média variável entre 50 e 59,00 pontos, o que caracteriza um resultado regular. Entretanto, 17% dos municípios estão classificados no pior índice, o que preocupa a situação de 938 gestores públicos municipais. Apenas 2% dos municípios atingiram o IDS alto, um número pequeno comparado aos 5.570 municípios brasileiros. Nenhuma cidade atingiu o maior IDS, o que classifica como muito alto.

A seguir, apresenta-se o Gráfico 2, de modo a identificar os níveis dos municípios do Estado de Sergipe em relação ao IDS.

Gráfico 2 – Níveis de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios de Sergipe – 2024



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Plataforma IDSC- Brasil (2024)

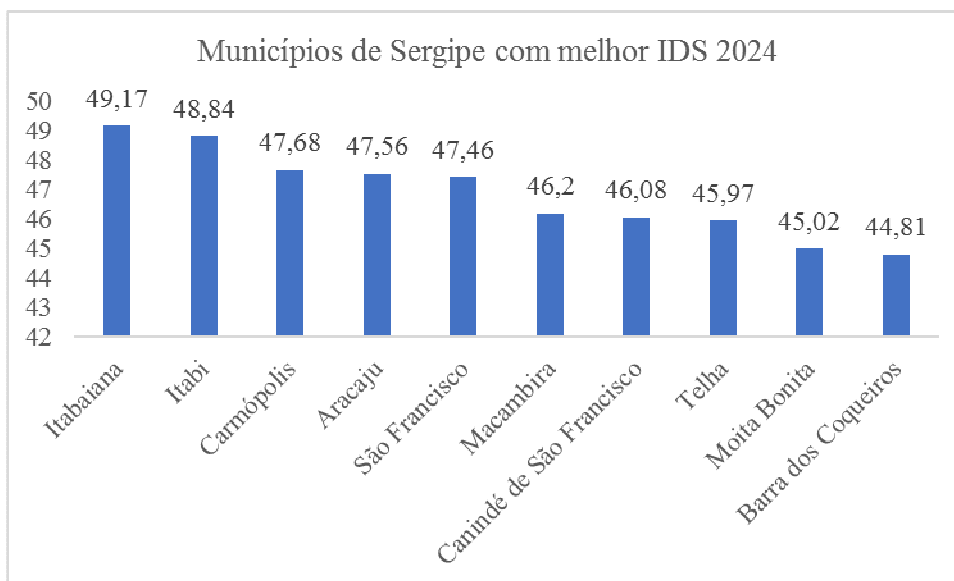
Verificou-se no Gráfico 2 que 57 municípios estão classificados no nível baixo, enquanto 18 deles estão classificados no nível muito baixo. Nenhuma cidade atingiu os níveis médio, alto e muito alto. Logo, identifica-se que Itabaiana, município de maior nota – 49,17, conforme tabela 1, está inserido no nível baixo, faltando 0,83 pontos para ficar no nível médio.

Diante desse cenário, infere-se que os municípios sergipanos precisam evoluir de forma considerável para atingir as metas estabelecidas pela Agenda 2030, tendo em vista que

faltam aproximadamente 06 anos para cumprimento das metas estabelecidas para contemplar os ODS. Entretanto, observa-se que os resultados dos municípios sergipanos acompanham a tendência demonstrada no cenário nacional, demonstrada no Gráfico 1, apontando que a maioria das cidades estão classificadas no IDS baixo.

O gráfico 3, a seguir, apresenta os 10 municípios sergipanos com as maiores notas atribuídas ao Índice de Desenvolvimento Sustentável.

Gráfico 3 - Municípios de Sergipe com melhor IDS 2024



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Plataforma IDSC- Brasil (2024)

Os 10 municípios com melhor IDS em 2024 no Estado de Sergipe estão classificados com o nível baixo. Dentre eles, percebe-se que o 10º colocado, Barra dos Coqueiros, está inscrito no Programa Cidades Sustentáveis - PCS, desde 01/01/2021, o qual tem o objetivo de colaborar com os governantes para implementação de políticas públicas para consolidação de cidades sustentáveis, com redução da desigualdade social³. No Estado de Sergipe, constam três municípios que são signatários do PCS: Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora de Aparecida e São Cristóvão (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil, 2024).

³ Programa Cidades Sustentáveis. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs>. Acesso em: 16 nov. 2024

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pauta dos ODS é de ordem global e é um chamamento público para toda a sociedade: cidadão, sociedade civil organizada e administração pública. Este trabalho elucidou a pesquisa no campo da gestão pública porque os gestores e todo servidor público desenvolvem um trabalho voltado aos indivíduos, de modo a representá-los, fazendo jus aos direitos que lhes são conferidos.

Ao tratar dos ODS nos municípios do Estado de Sergipe, este estudo busca colaborar com os prefeitos e agentes públicos, a partir de um levantamento de dados que traz as notas atribuídas a cada cidade referente aos ODS, o que possibilita analisar a posição de cada cidade no cenário dentro da esfera estadual e no âmbito nacional. Assim, é possível verificar em quais pontos é possível aprimorar, o que colabora para um alerta da necessidade da construção de políticas públicas municipais em consonância com a Agenda 2030.

Os resultados apontaram que a maioria dos municípios sergipanos estão classificados no nível caracterizado como “baixo”, com variação da média entre 40 e 49,99 pontos. No total, 57 cidades estão inseridas nesse nível, enquanto 18 municípios estão classificados dentro do pior nível – “muito baixo”, com variação da média entre 0 e 39,99 pontos. Esse dado traz uma preocupação, o que justifica a necessidade de um engajamento dos gestores públicos para a criação de políticas públicas que amparem os ODS, o quais são desafios que precisam ser superados com o apoio massivo da administração pública.

Quando faz um comparativo entre os resultados alcançados no Estado de Sergipe com o cenário nacional, percebe-se que os municípios sergipanos acompanham a realidade do Brasil, pois 51% das cidades estão classificadas no nível baixo. A partir dos resultados encontrados, principalmente da classificação nos níveis do IDS dos 5.570 municípios, verificou-se que a maioria das cidades necessitam de intervenção, tendo em vista que apenas 1.780 municípios estão num nível considerável adequado, sendo 91 municípios enquadrados no nível alto e 1.689 no nível médio. Ainda, foi possível observar a classificação dos municípios sergipanos na escala geral do Brasil, em que foi possível observar que a cidade de Itabaiana, que lidera o ranking sergipano, ocupa a posição de número 2.024 no cenário nacional.

Em relação à adesão do Programa Cidades Sustentáveis, proposta do Instituto Cidades Sustentáveis - ICS, verificou-se que apenas três municípios sergipanos fizeram a adesão: Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora de Aparecida e São Cristóvão. Diante de toda contextualização desses resultados, percebe-se o quanto os gestores públicos municipais

precisam demonstrar interesse em criar políticas públicas que contemplem os ODS, fator que irá colaborar para redução de grandes problemas que afetam a sociedade.

A partir do levantamento desta pesquisa, ficou evidente o quanto a Plataforma do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades pode colaborar para compreender o diagnóstico de cada municipalidade. Buscar ser um signatário e aproveitar todo o aporte do ICS é um grande passo para os gestores públicos, tendo em vista que atuar em rede, com estudos, indicadores e ferramentas, possibilita mecanismos para aprimorar as políticas públicas de cada cidade, levando em consideração a situação de cada municipalidade. Logo, os gestores públicos municipais podem elaborar suas políticas públicas com precisão, em articulação com a sociedade civil, como foram evidenciados alguns casos nesta pesquisa, a exemplo da Cidade de São Paulo.

Portanto, para próximas pesquisas, sugere-se o estudo de políticas públicas por parte dos municípios sergipanos, com a perspectiva de observar as estratégias dos gestores públicos para contemplar o compromisso com a Agenda 2030, a qual está cada vez mais próxima, o que emerge a necessidade de atingir as metas estabelecidas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021.** 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vxXY1>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ALMEIDA, Í. D. **Metodologia do trabalho científico.** Coleção Geografia, Ed. UFPE, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49435>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ANJOS, S. M *et al.* Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na gestão pública: avanços e limitações na implementação da agenda 2030 na prefeitura de Cuiabá. **Anais do XXV ENGEMA,** 2023. Disponível em: https://engemausp.submissao.com.br/25/anais/resumo.php?cod_trabalho=715. Acesso em: 09 nov. 2024.

BRASIL. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2017. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

COSTA, B. B. F; MOTTA, A. L. T. S. O papel da administração pública no fomento ao consumo e produção sustentáveis. **Revista Tecnologia e Sociedade,** v. 16, n. 40, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/9727>. Acesso em: 01 jul. 2024.

COUTINHO, L. M. O Pacto Global da ONU e o desenvolvimento sustentável. **Revista BNDES**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, 2021. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22029>. Acesso em: 02 mai. 2024.

EBERHARDT, F. L. M; MANTOVANELI JUNIOR, O. A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Brasileiros: uma análise do projeto Localizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 22, n. 60, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/15137>. Acesso em 05 jul. 2024.

EMBRAPA. Experiência da Embrapa no Alinhamento da Estratégia Organizacional aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Brasília – DF, 2022. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/243085/1/DOCUMENTOS-8-ODS-da-Agenda-2030-ed-01-2022-publicacao-digital-7-emendas.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ENAP. Desafios e condicionantes para implementação da Agenda dos ODS na Administração Pública Federal Brasileira. Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3411/1/Caderno_ODS_57.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

FERREIRA, M. M *et al.* Políticas públicas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Itabaiana, Sergipe. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/w8wdJk35PmzRqhHYnfbYFRL/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

HIGA, A. S *et al.* Implantação de um Sistema de Governança Pública como ferramenta de acompanhamento e cumprimento de metas, alinhado aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da ONU, pela Administração Pública Municipal de Jundiá/SP. **Revista Solução em Direito Administrativo e Municipal**, n. 50, 2023. Disponível em: https://www.crmbs.com.br/crm/pastaarquivos/boletins/sam/2023/agosto/edicao_degustacao.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

IBGE. **História de Sergipe**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/historico>. Acesso em: 01 nov. 2024.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES – BRASIL. **Apresentação**. 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES – BRASIL. **Classificação para os municípios brasileiros**. 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

JEREISSATI, L. C; MELO, Á. J. M. As contratações públicas sustentáveis e a implementação da meta 12.7 dos objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v.10, n.3, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/7237>. Acesso em: 20 jun. 2024.

JUNIOR STASKOVIK, G; KOPROWSKI, R; SANTOS, T. Administração pública e sustentabilidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 2012. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/5570>. Acesso em: 02 jul. 2024.

LACERDA, J R. **Sustentabilidade na administração pública brasileira**. Dissertação de Mestrado em Assessoria de Administração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. 2018. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/13024>. Acesso em: 20 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 04 jun. 2024.

NARDONE, J. P. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 33-38, jan. 2019. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/59>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em 14 nov. 2024.

ROCHA, S. M; ROCHA, R. R. C; BIAZOTTO, P. D; LEITE, A. H. O. Sustentabilidade na Administração Pública. **Revista ESMAT**, v.8, n.11, 2016. Disponível em: http://revistaesmat.tjto.jus.br/index.php/revista_esmat/article/view/125/129. Acesso em: 01 jul. 2024.

SÃO PAULO. **Decreto nº 59.020, de 21 de outubro de 2019**. Cria a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, nos termos da Lei nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018. 2019. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59020-de-21-de-outubro-de-2019>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SÃO PAULO. **Lei nº 16.817, de 02 de fevereiro de 2018**. Adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal, institui o Programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências. 2018. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16817-de-2-de-fevereiro-de-2018>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SCHNEIDER, Y; PEZZELA, M. C. C. Direitos Fundamentais, Administração Pública e Sustentabilidade: novos objetivos e direcionamentos das atividades decisórias administrativas (atos e processos administrativos) dos municípios sob a perspectiva de uma “sociedade de risco” e da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Direito**, v. 13, n. 3, 2017. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/2217>. Acesso em: 04 jun. 2024.

THORSTENSEN, V; MOTA, C. R. Governança Pública e Sustentabilidade. **Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. Working Paper 537, n. 32, 2020.

Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2a4b304c-a22b-4512-9485-903e168a683a/content>. Acesso em: 09 nov. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MATO GROSSO DO SUL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <https://www.tce.ms.gov.br/portal-modernizacao/assets/downloads/cartilha-ods/cartilha-ods-15-09-18.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013. Disponível em: https://faculdefastech.com.br/fotos_upload/2022-02-16_10-05-41.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024

ZORZO, F. B. LAZZARI, F; SEVERO, E. A; GUIMARÃES, J. C. F. Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030: Uma análise dos indicadores brasileiros. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v.19, n.2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3114>. Acesso em: 18 abr. 2024.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

A. R. SILVA, L. B. OLIVEIRA. O Papel da Administração Pública em Consonância com os ODS: Uma Análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Estado de Sergipe. **Rev. FSA**, Teresina, v. 22, n. 5, art. 3, p. 38-57, mai. 2025.

Contribuição dos Autores	A. R. Silva	L. B. Oliveira
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X